

5.

Considerações Finais

A questão da permanência no ensino superior de alunos pobres, com origem na classe-que-vive-do-trabalho é uma temática inserida na conjuntura social, política e educacional da atualidade brasileira. O acesso desse grupo específico de pessoas ao ensino superior começa a ganhar visibilidade a partir da década de 90, concomitante ao processo de implementação de políticas de ajuste neoliberal, no Brasil.

O capitalismo contemporâneo imprime a sua marca nas políticas públicas, a partir do freamento da intervenção do Estado, não só no mercado, considerado auto-regulável, como também nas políticas de garantia de direitos sociais. Durante o Consenso de Washington, foram apresentadas propostas para superação da crise econômica apregoada pelo sistema neoliberal.

No campo educacional uma das soluções para superação dos problemas é a saída do Estado da função de garantir o direito à educação, e a entrada do mercado como regulador, promovendo flexibilidade e meritocracia. O PNE 2001 é uma expressão do modelo de ajuste neoliberal, uma vez que estabelece metas de desenvolvimento da educação em consonância com os acordos internacionais, firmados para garantir financiamentos externos que promovam o 'almejado' desenvolvimento econômico. Dentre outros assuntos, o referido documento aborda a questão do ensino superior no Brasil. Em 2001, os índices de acesso ao ensino superior da população jovem, eram comparados a países considerados subdesenvolvidos, sendo assim, a meta estabelecida para superar esse estigma, foi a recomendada por índices internacionais de medição do desenvolvimento, ou seja, o Brasil tinha que garantir o acesso de até 30% da população jovem (18 a 24 anos) no ensino superior até 2011.

No entanto, este acesso ao ensino superior tem como uma de suas características marcantes a ampliação do setor privado, em detrimento do setor público. Em 2004 o número de instituições privadas correspondia a 70% do total das instituições de ensino (Barreyro, 2008). Uma das saídas encontradas pelo Estado para responder às metas estabelecidas foi a de reforçar a parceria público – privado, através do desenvolvimento do ProUni, em prejuízo da garantia do acesso, através da ampliação do ensino público de qualidade.

Ao promover o acesso ao ensino superior de alunos pobres, o ProUni responde à lógica neoliberal de transferência da responsabilidade pública para o

âmbito privado, ou seja, para o mercado, desenvolvida através da renúncia fiscal concedida às IES privadas. Vale ressaltar, que as IES privadas filantrópicas foram obrigadas a aderir ao Programa, enquanto as IES privadas que não eram filantrópicas poderiam escolher se implementariam ou não o ProUni.

No que se refere ao Programa de bolsas da PUC-Rio, instituição onde se desenvolve o Projeto FESP, podemos destacar que a bolsa Ação Social tinha em torno de 10 anos de desenvolvimento quando o ProUni iniciou. Esse Programa, iniciado em 1994, se constitui numa parceria entre os Pré-vestibulares Comunitários e a PUC-Rio e teve o objetivo de garantir o acesso de alunos pobres à Universidade, contudo, somente bolsa de estudos não era suficiente para esses alunos freqüentarem o ensino superior. Em 1997, foi criado o Projeto FESP com o objetivo de permanência desses alunos bolsistas integrais e pobres, matriculados na PUC-Rio.

A entrada dos alunos bolsistas ProUni, a partir do ano de 2005, na PUC-Rio, veio reforçar uma realidade já conhecida, qual seja, a necessidade de projetos/programas de assistência estudantil, complementares ao acesso, que garantam a permanência no ensino superior.

O acesso ao ensino superior de alunos pobres seja no âmbito público ou no privado de educação, requer o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a permanência, através de assistência estudantil. Como vimos no caso da PUC-Rio, uma bolsa de estudos integral não é o suficiente para que esse público possa concluir seus cursos de graduação.

No caso do Projeto FESP, podemos perceber que a motivação principal de sua criação foi a constatação da necessidade dos alunos bolsistas pobres, que não tinham dinheiro para utilizar no transporte do percurso entre sua casa e a Universidade, e ainda, apresentaram problemas de saúde por estarem longos períodos sem se alimentar enquanto estudavam na PUC-Rio.

Durante mais de 10 anos, o FESP se desenvolveu, cresceu e se aperfeiçoou, chegando a atender em média 740 alunos em 2007, com alimentação e transporte. Para além destas necessidades foram ampliados os auxílios, e foram acrescentados os auxílios moradia, psicoterapia e material didático. Outro aspecto importante foi o processo de profissionalização da equipe do Projeto, que iniciada de forma solidária, no espaço da Divisão de Pastoral Universitária, atualmente é constituída por dois assistentes sociais, três estagiárias de serviço social, uma assessora de departamento e uma coordenadora e está ligada a Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários, responsável pela concessão de bolsas e auxílios, entre outras atividades.

Durante a pesquisa para a presente dissertação podemos observar que, se por um lado os alunos entrevistados sentem-se valorizados ao ingressar na Universidade, por outro apresentam necessidades sócio-econômicas que se não forem observadas, podem acarretar sérias implicações no seu desempenho acadêmico, pondo em risco a sua própria permanência no ensino superior.

No que se refere às situações vividas por eles, podemos citar, desde conseqüências da falta de alimentação adequada, tais como, doenças oportunistas devido à baixa imunológica e a fome, propriamente dita, passando por necessidade de escolha de dias para freqüentar as aulas na Universidade, até chegar ao ponto de dormir na rodoviária, por não ter dinheiro para voltar para casa.

As estratégias criadas pelos alunos para enfrentar as situações acima descritas, desdobram-se entre: pegar fotocópias emprestadas; aceitar a doação de cartões de passagem por familiares; organizar financeiramente a família para que possam viabilizar os gastos com estudos dos mesmos; estabelecer relacionamento com pessoas que ofereçam informações ou rede de apoio e como não poderia deixar de ser, trabalhar para obter rendimento o suficiente para custear os gastos com a Universidade.

A experiência vivida no FESP nos sinaliza que enquanto as políticas educacionais forem norteadas única e exclusivamente pela quantificação, as desigualdades sociais não serão superadas, conseqüentemente, as desigualdades educacionais estarão cada vez mais presentes na sociedade.

A prática desenvolvida no FESP é um exemplo de atuação no âmbito privado, na busca de garantir que alunos bolsistas integrais concluam seus respectivos cursos.

Ao transferir para a Universidade privada a responsabilidade pela permanência e manutenção dos alunos bolsistas pobres, o Estado corrobora com práticas associadas à caridade, à ajuda e à solidariedade, através da filantropia. Sendo assim, não promove a garantia do direito à educação. O direito passa em última análise a ser visto como uma dádiva, não favorecendo a realização da justiça social, e em conseqüência, não promovendo a superação das desigualdades sociais.

A presente dissertação teve entre seus objetivos, o de realizar uma avaliação do projeto FESP, e contribuir a partir da criação de um espaço de diálogo entre os públicos entrevistados (membros do CONSOL, funcionários e alunos atendidos) e o Projeto. Podemos salientar, em linhas gerais alguns pontos positivos apresentados nas entrevistas, dentre eles, podemos citar: a

equipe e o relacionamento estabelecido entre os usuários e o FESP. Os aspectos negativos que foram abordados foram: a quantidade de documentação utilizada na análise socioeconômica e a pouca participação dos usuários no Projeto. As sugestões relacionam-se diretamente ao desenvolvimento do FESP, destacamos: a valorização da autonomia dos alunos; ampliação dos auxílios; realização de reuniões de integração, entre outros. O aspecto avaliativo é muito importante para o desempenho de projetos/programas, pois é neste espaço que podemos conhecer necessidades, anseios e receber as críticas para a melhoria de determinados aspectos apontados. Seja pelos que participam, e até mesmo, pelas pessoas que já não fazem parte do FESP, mas, que fizeram num dado momento histórico e podem contribuir, o que se torna um grande ganho para o Projeto.

Por fim, consideramos que uma efetiva democratização da educação implica, certamente, em políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso e o fortalecimento do ensino público de qualidade, em todos os seus níveis, seja ele fundamental, médio ou superior, acompanhados de ações voltadas para assistência estudantil que garantam a permanência de alunos pobres, oriundos da classe-que-vive-do-trabalho na educação. Acreditamos que seja esse o caminho para a emancipação humana e a transformação social, pois eles precisam ter o direito de escolha do que desejam ser, com conhecimento do que são e a esperança de rompimento com o modelo atual de sociedade, para se tornarem o que sempre almejaram, qual seja a profissão, função ou trabalho. A educação garante o conhecimento, que por sua vez norteia a escolha.